



1º Simulado

Magistratura Federal

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso de Magistratura.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos dos programas dos editais dos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das bancas organizadoras dos concursos.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-Magistratura-Federal-12-06>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

01. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o disposto na constituição Federal e em conformidade com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), aponte a única alternativa incorreta.

a) Não cabe *habeas corpus*, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, para requerer o trancamento de processo que tramita no Senado Federal para apurar crime de responsabilidade (*impeachment*), mesmo que haja ofensa ao devido processo legal.

b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, não fere nenhum direito ou garantia individual a determinação contida em ato do Executivo de que as empresas prestadoras do serviço telefônico compartilhem com o IBGE a relação de nomes, números de telefone e endereços de seus consumidores (pessoas físicas ou jurídicas) durante a pandemia causada pelo novo coronavírus, uma vez que a medida é emergencial e de importância nacional.

c) A suspensão provisória, durante o período da pandemia causada pela COVID-19, dos prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes afronta a proteção constitucional ao direito de informação.

d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

e) Nos termos da jurisprudência do STF, a Defensoria Pública da União, em substituição processual, tem legitimidade ativa para impetrar *habeas corpus* coletivo preventivo.

02. O Presidente da República apresentou uma proposta de emenda à Constituição Federal (PEC) para retirar a autonomia do Distrito Federal. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando o caso hipotético narrado, é correto afirmar que a PEC é

a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.

b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.

c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.

d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.

e) inconstitucional, porque a proposta, ao retirar a autonomia do Distrito Federal, feriu princípio federativo amparado por cláusula pétrea.

03. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa incorreta:

a) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.

b) Lei estadual que autoriza policiais militares utilizarem em serviço armas apreendidas é inconstitucional, tendo em vista que compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde, é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.

d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

e) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

04. A Constituição Federal descreveu o processo legislativo de sete espécies normativas primárias. Na criação de algumas dessas espécies, há a participação do Presidente da República, mas há também aquelas construídas tão somente pelo Poder Legislativo, sem nenhuma atuação do Executivo. Dentre as assertivas abaixo, indique aquela que contém espécie normativa que pode ser criada sem nenhuma participação do Presidente da República.

- a) Emendas à Constituição Federal.
- b) Leis Complementares.
- c) Medidas Provisórias.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Leis Delegadas.

05. Conforme disposto na Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, sem a sanção do Presidente da República,

- a) conceder anistia.
- b) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- c) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- d) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das

administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

e) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

06. Conforme o sistema de governo adotado pelo Estado, o Poder Executivo será exercido por um órgão pluripessoal ou por órgão unipessoal. A respeito desse assunto, indique a assertiva correta.

- a) No sistema presidencialista de governo, o Presidente da República apenas exerce a função de Chefe de Governo.
- b) Cabe ao chefe de Governo representar o Estado nas suas relações internacionais.
- c) Cabe ao Chefe de Estado exercer a liderança política nacional e gerir a máquina administrativa.
- d) No sistema parlamentarista de governo, diferentemente do que se aplica ao modelo presidencialista, o Poder Executivo é chefiado por uma só pessoa, que acumula as atribuições de chefe de Estado e de Chefe de Governo.
- e) No Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe da Administração Pública Federal.

07. Acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- b) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.
- c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

08. A respeito das finanças públicas, conforme disposto na Constituição Federal, indique a alternativa incorreta.

a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

b) O Banco Central não pode conceder empréstimo a entidade que não seja instituição financeira.

c) As disponibilidades de caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão depositadas no Banco Central.

d) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.

e) Emissão e resgate de títulos da dívida pública são assuntos disciplinados por lei complementar.

09. A arguição de descumprimento de preceito fundamental

a) não admite, diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, a participação de órgão e entidades na qualidade de *amicus curiae*.

b) conta, assim como funciona na ação declaratória de constitucionalidade, com a participação obrigatória do Advogado-Geral da União como curador da presunção de constitucionalidade da lei.

c) diversamente da ação direta de inconstitucionalidade, pode ser utilizada para arguir a incompatibilidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;

d) embora seja irrecorrível, a decisão que julga procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser objeto de ação rescisória.

e) tal qual ocorre com a ação declaratória de constitucionalidade, tem como requisito a existência de controvérsia judicial relevante sobre

a aplicação da disposição objeto da ação e tem como objeto lei ou ato normativo federal ou estadual.

10. A respeito da ordem social, conforme definição expressa da Constituição Federal, indique a assertiva incorreta.

a) O Congresso Nacional, após clamor popular decorrente de um crime bárbaro, aprovou uma alteração ao Código Penal brasileiro, de forma a reduzir a maioria penal para 16 anos de idade. O Presidente da República promulgou a lei e a encaminhou à publicação. Considerando o caso narrado, é possível afirmar que a redução da maioria penal decorrente da lei é inconstitucional.

b) A Constituição Federal assegura aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, abrangidas aquelas que eram possuídas pelos nativos em passado remoto.

c) Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, exigir estudo prévio de impacto ambiental.

d) Pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social não podem contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

e) As entidades beneficentes de assistência social que cumprem os requisitos estabelecidos por lei são isentas de contribuição para a seguridade social.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcante

11. A Previdência Social existe para garantir a manutenção do indivíduo e de sua família durante os momentos em que o segurado, de maneira temporária ou definitiva, estiver impossibilitado de provê-la.

A respeito da aposentadoria do servidor abrangido por regime próprio de previdência, assinale a alternativa correta:

a) A aposentadoria por invalidez permanente do servidor federal abrangido pelo regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos integrais desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

b) Os requisitos de tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exigidos pelo art. 40, §1º, inciso III, da Constituição, devem ser cumpridos integralmente na unidade federada em que o servidor se aposentar.

c) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

d) A aposentadoria por invalidez do servidor abrangido pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

e) A Emenda Constitucional n. 103 revogou as regras de transição trazidas pelas emendas 20/1998 e 41/2003, obrigando todos os segurados a se valerem das regras atuais para terem acesso aos benefícios.

12. Considerando o disposto na Emenda Constitucional n. 103/2019 sobre os servidores da União:

a) A aposentadoria por incapacidade permanente terá o valor da última remuneração que o segurado recebia, na ativa.

b) A pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.

c) O servidor poderá se aposentar, voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

d) A idade mínima para a aposentadoria será fixada na Lei Orgânica do município, enquanto o tempo mínimo de contribuição será definido em lei complementar municipal.

e) Até que lei discipline o acesso ao auxílio-reclusão, esse benefício será concedido apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 1.364,43 (mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

13. Caso a legislação específica do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Teresina adote o mesmo regramento instituído, pela Emenda Constitucional n. 103/2019, para os servidores da União:

- a) A aposentadoria por incapacidade permanente terá o valor da última remuneração que o segurado recebia, na ativa.
- b) A pensão por morte corresponderá à totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite.
- c) O servidor poderá se aposentar, voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- d) A idade mínima para a aposentadoria será fixada na Lei Orgânica do município, enquanto o tempo mínimo de contribuição será definido em lei complementar municipal.
- e) Os servidores serão aposentados, compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais.

14. Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que corresponde a um objetivo da Seguridade Social expressamente previsto na Constituição:

- a) Universalidade da cobertura e seletividade do atendimento.
- b) Equidade entre os benefícios destinados às populações urbanas e rurais.
- c) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- d) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- e) Irredutibilidade real do valor dos benefícios.

15. Considerando que o RPPS de Teresina é regido pela lei n. 2.969/2001, ainda não adequada à Reforma da Previdência de 2019, assinale a alternativa correta:

- a) a pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- b) a pensão por morte será equivalente a uma cota familiar de 60% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento).
- c) a pensão por morte será equivalente à totalidade dos proventos da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
- d) a pensão por morte será igual ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.
- e) as regras para cálculo de proventos de pensão por morte serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo, não podendo ter valor mensal inferior ao salário mínimo.

16. No que tange à aposentadoria do indivíduo que ingressar no serviço público federal após a publicação da EC 103/19, assinale a alternativa correta:

- a) O ocupante do cargo de agente federal penitenciário poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 35 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.
- b) O ocupante de cargo da Polícia Rodoviária Federal poderá aposentar-se aos 55 anos de idade com 30 de contribuição, e 20 anos de efetivo exercício no cargo, se mulher.
- c) O ocupante de cargo da Polícia do Senado Federal poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 30 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.
- d) O ocupante de cargo da Polícia Federal poderá aposentar-se aos 60 anos de idade com 25 de contribuição, e 10 anos de efetivo exercício na carreira, se mulher.
- e) O ocupante do cargo de agente federal socioeducativo poderá aposentar-se aos 55 anos de idade com 30 de contribuição, e 25 anos de efetivo exercício no cargo, se homem.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

17. Gabriel foi condenado pela prática de estupro de vulnerável, em razão da prática de atos libidinosos com sua sobrinha, uma adolescente de 13 anos de idade. Nessa situação hipotética, considerando as disposições da Constituição Federal, do Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é **incorreto** afirmar que:

- a) Considera-se estupro de vulnerável ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos.
- b) Responde também pelo crime de estupro de vulnerável o agente que pratica atos libidinosos contra quem não pode oferecer resistência.
- c) Incluído esse crime pela Lei nº 13.718, de 2018, aplicam-se as penas do crime de estupro de vulnerável, independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.

d) Anteriormente à edição da Lei nº 13.718, de 2018, era entendimento Sumulado do STJ que o consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime, eram fatores relevantes para absolver o acusado.

e) Se do estupro de vulnerável resulta em morte, a pena é qualificada para 12 a 30 anos de reclusão

18. Gabriel foi até a casa de Marcela, sua ex namorada, e lá deixou um embrulho com várias cartas contendo diversos xingamentos e ameaças. Ao chegar em casa, ela notou que em sua cama estava o referido embrulho que seu ex namorado havia deixado. Buscando afastar as “energias ruins”, Marcela jogou todo o embrulho no lixo, sem nem mesmo conferir seu conteúdo. Nesse sentido, verifica-se a ocorrência:

- a) Injúria consumada e ameaça tentada
- b) Injúria e ameaça tentadas
- c) Injúria qualificada tentada e ameaça consumada
- d) Difamação e ameaça tentadas
- e) Injúria e ameaça consumadas

19. Analisando seguintes casos narrados, assinale a alternativa que apresenta, em tese, o cometimento do crime de perseguição.

- a) João todos os dias corre às 17 horas. Em uma das ocasiões viu Bruna, uma paixão que tinha desde a infância, razão pela qual, secretamente, durante o percurso de sua caminhada, a seguiu e observou de longe, por quase uma hora.
- b) Gabriela entra todos os dias no perfil de seu amigo Rafael, tira cópia das postagens e manda no grupo do trabalho, expondo a vida pessoal do colega aos demais empregados da empresa.
- c) Fernando seguiu José a noite a fim de saber com quem ele estava secretamente se encontrando. Descobriu que seu amigo estava namorando uma mulher casada.
- d) Ronaldo, empresário, contratou um detetive para descobrir detalhes da vida do seu sócio, Juan.
- e) Izabella comprou um binóculo e, secretamente, por duas vezes, conseguiu ver seu vizinho trocar de roupas.

20. Segundo o Código Penal Brasileiro, deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, corresponde ao crime de:

- a) Prevaricação privilegiada
- b) Excesso de Exação
- c) Concussão
- d) Corrupção passiva
- e) Condescendência criminosa

21. Assinale a alternativa correta sobre a ocorrência do crime de exploração de prestígio, previsto no art. 357, do Código Penal:

- a) comente o crime o advogado que recebe dinheiro de condenação e não repassa quantia ao cliente.
- b) comente o crime o advogado que promete ganho de causa a cliente em decorrência do prestígio profissional.
- c) comente o crime o advogado que solicita dinheiro para pagamento de custas e honorários periciais, quando cliente é beneficiário da justiça gratuita.
- d) comente o crime o advogado que exige pagamento para influenciar um intérprete a traduzir documento a favor do cliente.
- e) comente o crime o advogado que solicita dinheiro para influir em órgão do Ministério Público.

22. Lucas, servidor municipal da cidade de Goiânia, tem sob sua responsabilidade R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) mensais destinados para a compra de insumos para o refeitório das escolas primárias. No mês de junho de 2021, utilizou parte do dinheiro para a compra de itens de equipamentos de cozinha, voltados para a entrega da merenda escolar.

Diante disso, a conduta de Mike, configura o crime de:

- a) Concussão
- b) Emprego Irregular de verbas ou rendas públicas

- c) Peculato culposo
- d) Corrupção passiva
- e) Excesso de Exação

23. Júlia, servidora pública do ISS, ao analisar os processos em curso, durante o expediente de trabalho, percebeu que havia um processo com pedido de aposentadoria de uma de suas inimigas mortais, Carol. Há um ano e meio, Carol havia proferido ofensas nas redes mundiais de computadores, razão pela qual a servidora, então, alterou a ordem dos processos e acabou escondendo o processo de Carol, dentre os últimos da lista. A conduta de Julia, na situação descrita, de acordo com o Código Penal, se amolda ao crime de:

- a) Corrupção passiva.
- b) Não há crime, mas fato punível por processo administrativo disciplinar
- c) Advocacia Administrativa
- d) Prevaricação
- e) Peculato Culposo

24. Sobre a tentativa qualificada ou abandonada, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Há corrente que defende que a tentativa abandonada constitui causa de extinção da punibilidade, pois o abandono da tentativa pelo agente não faz desaparecer a conduta típica já praticada. Defendem que crime tentado já houve, mas o comportamento do agente, de desistir de prosseguir na execução ou de impedir a produção do resultado é causa que extingue a sua punibilidade. Surge o direito de punir do Estado, mas o Estado renuncia por motivos de oportunidade.
- b) Hans Welzel e Claus Roxin defendem que, ao evitar o resultado desvalorado pelo Direito Penal, o agente evita o juízo de reprovação sobre a sua conduta. Deste modo, a tentativa qualificada é causa excludente da culpabilidade. Por isso, o agente responde apenas pelos atos já praticados, sobre os quais incidem o juízo de censura.

c) A desistência voluntária é a modalidade de tentativa qualificada em que o agente desiste de prosseguir na execução. Essa desistência deve ser espontânea, sob pena de responder por tentativa simples. Vale lembrar que, na tentativa simples, o indivíduo não consegue a consumação do crime em razão de circunstâncias alheias à sua vontade, enquanto na desistência voluntária ele mesmo desiste de prosseguir na execução

d) A expressão de Franz von Liszt, designando as hipóteses de tentativa abandonada de Ponte de Ouro, foi bastante difundida: “No momento em que o agente transpõe a linha divisória entre os atos preparatórios impunes e o começo de execução punível, incorre na pena cominada contra a tentativa (...). Pode, porém, a lei, por considerações de política criminal, construir uma ponte de ouro para a retirada do agente que já se tornara passível de pena”.

e) Parte da doutrina entende que há exclusão da tipicidade, sendo que a conduta deixa de ser típica em razão do abandono da tentativa pelo agente. Assim, ele só responde pelos atos já praticados, e não pelo crime em relação ao qual possuía, no início, o dolo de consumação. Referida posição, defendida por Damásio de Jesus, Heleno Fragoso e Cláudio Brandão, é dominante na jurisprudência.

25. Brendon, cidadão estadunidense, há anos compra celulares nos Estados Unidos e os revende em São Paulo, quando vem passar férias no Brasil. Muito esperto, já conhecendo o trajeto e funcionamento da alfândega, sempre faz o mesmo caminho para entrar no país sem pagar os impostos devidos. Esses celulares são os mesmos encontrados e vendidos no Brasil, mas a preços muito mais altos, decorrente da valorização do dólar e da falta de materiais para sua produção. Para dar aparência de que eles foram adquiridos aqui, Brendon emite notas fiscais frias apenas para essa finalidade e, assim, facilmente, adentra o território brasileiro sem maiores problemas. Deve o Juiz Federal condená-lo pela prática do(s) seguinte(e)s crime(s):

a) descaminho.

b) descaminho e falsificação de documento particular.

c) contrabando e falsificação de documento particular.

d) descaminho, com absorção da falsificação.

e) contrabando e duplicata falsa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

26. Sobre as questões e processos incidentes no processo penal, assinale a alternativa correta.

a) Não é possível a instauração de incidente de insanidade mental anteriormente ao início da ação penal.

b) No caso de questões prejudiciais, a suspensão do curso da ação penal apenas será decretada de ofício pelo juiz, não se admitindo requerimento das partes nesse sentido.

c) As exceções, via de regra, suspendem o andamento da ação penal.

d) A arguição de falsidade, feita por procurador, não exige poderes especiais.

e) Caso o juiz repute séria e fundada uma controvérsia sobre o estado civil de pessoas, o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente.

27. Considerando o entendimento consolidado do STF a respeito das nulidades, assinale a alternativa correta:

- a) É absoluta a nulidade decorrente da falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- b) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- c) É válida a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação em que o juiz exerce a sua jurisdição.
- d) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- e) A nomeação de defensor dativo supre a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia.

28. Paulo, vendedor na cidade de Florianópolis/SC, é réu em processo-crime que lhe move o Ministério Público do Estado de Santa Catarina pela prática do crime de descaminho (art. 334, *caput* do CP). Responde ao processo em liberdade, porquanto lhe foi concedida liberdade provisória mediante pagamento de fiança, arbitrada em R\$ 3.000,00, pelo magistrado do juízo perante o qual o processo tramita, sem fixação de outras medidas cautelares. Posteriormente, designada audiência de instrução e julgamento, Paulo não foi localizado em seu endereço pelo oficial de justiça para que fosse intimado do ato. Em diligências no local, constatou-se que Paulo mudou de residência sem prestar qualquer informação ao juízo.

Considerando essa situação hipotética, quanto à fiança assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de hipótese de quebraimento da fiança, de modo que Paulo perderá integralmente o valor caucionado.
- b) Trata-se de hipótese de quebraimento da fiança, o que resultará na perda de metade do valor recolhido.

c) Trata-se de hipótese de perdimento da fiança e Paulo perderá integralmente o valor prestado.

d) Trata-se de hipótese de perdimento da fiança, e Paulo perderá metade do valor prestado.

e) A fiança permanecerá intacta, porquanto a comunicação ao juízo sobre eventual mudança de endereço não constitui condição à qual o acusado se submete quando da concessão de fiança.

29. A respeito da competência da Justiça Federal, assinale a alternativa correta:

a) Nos termos do inciso IV do artigo 109 da CF, a Justiça Federal é competente para julgar os crimes políticos, as infrações e contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

b) A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal (cuja presença determinava a competência) pode ser reexaminada no Juízo Estadual.

c) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes cometidos contra a fauna.

d) A Justiça Federal é competente para julgar os crimes cometidos contra sociedades de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil.

e) Os crimes cometidos contra conselhos de fiscalização profissional, como no caso da OAB, devem ser julgados pela Justiça Federal.

30. No que diz respeito à ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) O ofendido ou seu representante legal ou, na falta deles, o cônjuge, os ascendentes, os descendentes ou irmãos, poderão intervir como assistentes do MP em ações penais públicas.
- b) Nos crimes de ação penal privada, a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estende, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- c) Na ação penal subsidiária da pública, quando o querelado deixa de comparecer aos atos do processo, ocorre a perempção.
- d) Nos termos da legislação processual penal, a representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- e) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal por não haver previsão na lei processual que autorize o exercício por pessoa jurídica.

31. A respeito dos recursos no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri não fica adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- b) A apelação constitui espécie de recurso dotado de efeito regressivo.
- c) Admite-se a interposição de embargos infringentes ou de nulidade, em desfavor do réu, pelo Ministério Público.
- d) Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.
- e) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, ainda que fundado em motivos de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

32. Sobre as modificações operadas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote anticrime) assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo a lei, a liberdade provisória deverá ser denegada no caso de o agente ter sido preso portando arma de fogo de uso restrito. Nada fala o dispositivo sobre arma de uso proibido.
- b) A nova lei previu, expressamente, que a falta de fundamentação da decisão configura nulidade.
- c) A Lei 13.964/19 trouxe a previsão legal acerca da estrutura do sistema penal adotado no Brasil, qual seja, o acusatório.
- d) Não existe previsão legal de recurso para a decisão do juiz que não homologa a proposta de acordo de não persecução penal.
- e) O acordo de não persecução penal não pode ser firmado de forma oral, exigindo a lei que seja formalizado por escrito.

33. Assinale a alternativa correta, considerando o entendimento que prevalece nos tribunais superiores sobre os temas tratados:

- a) O recebimento da denúncia oferecida com excesso de prazo pela acusação será considerado nulo, mesmo que reclamado posteriormente pelo interessado.
- b) No processo penal, o efeito devolutivo dos recursos não é regra, deve ser outorgado pelo juízo recorrido, de acordo com a verossimilhança das razões recursais.
- c) As infrações de menor potencial ofensivo, cujos autos forem encaminhados do Juizado Especial Criminal, adotarão, no juízo comum, o rito sumário e não o sumaríssimo.
- d) Segundo entendimento corrente na jurisprudência, as leis podem vedar a liberdade ou impor a prisão para determinados crimes (isso seria constitucional). Esse desvalor das condutas, segundo a mesma jurisprudência, não pode ser violado pelo Poder Judiciário, que, nessas condições, estaria vinculado a prender ou soltar de acordo com os ditames da norma.
- e) A adoção do sistema presidencialista na inquirição das testemunhas, segundo entendimento pacificado, gera nulidade absoluta da instrução probatória.

34. Sobre as medidas cautelares e a liberdade provisória, marque a alternativa correta.

a) É cabível a concessão da liberdade provisória nos casos de crimes hediondos, quando não estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva e mediante o arbitramento de fiança como contracautela de lei exigida.

b) O descumprimento de medida cautelar imposta ao acusado é motivo suficiente, legal e automático para a decretação da sua prisão preventiva.

c) Na atualidade, o juiz pode estabelecer medidas cautelares diversas, de ofício, em fase de processo. Todavia, não pode decretar a prisão preventiva sem provocação dos legitimados.

A aplicação das medidas cautelares é possível no curso da investigação criminal, pelo juiz, de ofício ou por representação do Ministério Público ou da autoridade policial.

d) A fiança é imediatamente quebrada quando o acusado pratica nova infração penal, ainda que culposa.

e) Nos estritos termos da lei, quanto o juiz verifica, pelo auto de flagrante, que o agente praticou a conduta em legítima defesa, deverá conceder liberdade provisória condicionada e não relaxar a prisão.

DIREITO ECONÔMICO

Vanessa Arns

35. Sobre o Direito Concorrencial, assinale a afirmativa incorreta.

a) O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, com as atribuições previstas nesta Lei..

b) O Cade é constituído por Tribunal Administrativo de Defesa Econômica Superintendência-Geral; e Departamento de Estudos Econômicos.

c) O Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.

d) Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada.

e) A Lei 12.529/11 se aplica às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, com exceção das que exerçam atividade sob regime de monopólio legal.

36. São princípios explícitos que norteiam a Lei de Liberdade Econômica, n. 13874/2019, exceto:

a) a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas.

b) a boa-fé do particular perante o poder público.

c) a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas.

d) o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.

e) A Liberdade de Concorrência entre empresas do mesmo setor.

37. É dever da administração pública e das demais entidades, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual a Lei 13.874/2019 versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

a) criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes.

b) redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado.

c) exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado.

d) redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco.

e) facilitar a formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

38. Acerca das práticas comerciais, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) As agências de turismo respondem solidariamente pela má prestação do serviço de transporte aéreo, mesmo na hipótese de compra e venda de passagens sem a comercialização de pacotes de viagens.

b) Configura vício do produto, a ausência de informação adequada e clara pelas empresas aéreas e agências de viagem aos consumidores, quanto à necessidade de obtenção de visto (consular ou trânsito) ou de compra de passagem aérea de retorno ao país de origem para a utilização do serviço contratado.

c) As indenizações por danos morais envolvendo transporte aéreo internacional de passageiros não estão submetidas à tarifação prevista nas normas e nos tratados internacionais, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo Código de Defesa do Consumidor.

d) O atraso ou cancelamento de voo pela companhia aérea configura dano moral in re ipsa, sendo prescindível a demonstração, por parte do passageiro, da ocorrência de lesão extrapatrimonial.

e) As normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros não prevalecem sobre o Código de Defesa do Consumidor nas hipóteses de indenização por danos materiais.

39. Acerca das características do Código de Defesa do Consumidor e das disposições constitucionais sobre a defesa do consumidor, é correto afirmar:

a) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado o princípio de defesa do consumidor e do fornecedor, na relação de consumo.

b) O Ato de Disposições Constitucionais Transitórias determinou a elaboração do Código de Defesa do Consumidor dentro de sessenta dias, a contar da promulgação da Constituição Federal de 1988.

c) A competência para legislar sobre produção e consumo, bem como sobre responsabilidade por danos ao consumidor é comum entre a União, os Estados e o DF, configurando usurpação de poder a lei municipal que trate de matéria relativa ao consumo.

d) O Código de Defesa do Consumidor é norma de ordem pública e de interesse social, geral e principiológica, e, portanto, prevalente sobre todas as demais normas especiais anteriores que com ela colidirem.

e) O superendividamento pode ser definido como impossibilidade global do devedor-pessoa física ou jurídica, consumidor, de má-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo, incluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e alimentos, em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio.

40. A pequena empresa Alfa abriu uma conta corrente no Banco Beta. No contrato de abertura da conta, constava uma cláusula de abertura de crédito rotativo, por meio do qual, mesmo que a empresa não tivesse dinheiro em sua conta, teria disponível a quantia de R\$ 50 mil para saque. O saque desse montante configuraria um empréstimo, devendo, portanto, ser devolvido com juros e correção monetária ao banco. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) A autorização de cobrança pela mera disponibilização do serviço não é capaz de colocar o consumidor em situação de vulnerabilidade econômico-jurídica.
- b) A natureza jurídica da tarifa bancária para adiantamento da remuneração do capital (juros) alterou apenas a forma de cobrança, sem modificar a própria natureza da cobrança, não havendo violação a proteção ao consumidor.
- c) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável ao caso, uma vez que a empresa não pode ser considerada consumidora, por ser pessoa jurídica.
- d) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável ao caso, uma vez que as instituições financeiras não são consideradas fornecedoras.
- e) Contraria o ordenamento jurídico-constitucional a permissão dada por resolução do Conselho Monetário Nacional às instituições financeiras para cobrarem tarifa bancária pela mera disponibilização de crédito ao cliente na modalidade “cheque especial”.

DIREITO CIVIL

Gustavo Arruda

41. O médico M diagnosticou o paciente P com um problema cardíaco grave. Como forma de tratamento, submeteu P a um procedimento cirúrgico no hospital H. O paciente P não respondeu bem à intervenção e veio a óbito no local. Neste tipo de situação, com relação à RESPONSABILIDADE CIVIL:

- a) Responde o médico M objetivamente
- b) Sempre responde exclusivamente o hospital H, de forma objetiva, ainda que o evento decorra de fato imputável à equipe médica.

c) O médico responde por negligência, imprudência ou imperícia, causar a morte do paciente, agravar-lhe o mal, causar-lhe lesão, ou inabilitá-lo para o trabalho.

d) A teoria aplicável é a do tipo risco integral.

e) A indenização, se houver, será arbitrada de forma equitativa, sob pena de inviabilizar a atividade médica.

42. Na locação de bens móveis e imóveis, forma-se um contrato que pode ser classificado da seguinte maneira:

a) Unilateral; gratuito; consensual; de execução continuada; impessoal.

b) Bilateral; oneroso; real; de execução fracionada; *intuitu personae*.

c) Unilateral; oneroso; real; de execução imediata; impessoal.

d) Bilateral; oneroso; real; de execução fracionada; *intuitu personae*.

e) Bilateral; oneroso; consensual; de execução continuada; *intuitu personae*.

43. Sobre a resolução do contrato por onerosidade excessiva, assinale a alternativa CORRETA:

a) O instituto é aplicável aos contrato de execução continuada e nos contratos de execução diferida.

b) O instituto é aplicável aos contrato de execução continuada, mas não nos contratos de execução diferida.

c) Não se exige a extrema vantagem para uma das partes

d) Não se aplica àquele evento que, embora previsível, ocorreu em magnitude extrema.

e) Os efeitos da sentença que resolver o contrato não retroagirão à data da citação.

44. Sobre o instituto da lesão, assinale a alternativa ERRADA

- a) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- c) Na lesão, aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.
- d) Não se decretará a anulação do negócio por lesão, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito
- e) A lesão de que trata o art. 157 do Código Civil não exige dolo de aproveitamento.

45. Sobre os elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando resolutivas.
- b) Invalidam os negócios jurídicos as condições ilícitas mas não as de fazer coisa ilícita.
- c) As condições incompreensíveis ou contraditórias têm-se por inexistentes, mas não invalidam o negócio jurídico.
- d) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- e) São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitem ao puro arbítrio de uma das partes.

46. Assinale a alternativa CORRETA sobre as obrigações alternativas:

- a) Pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra
- b) Quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida uma única vez, no momento do primeiro adimplemento.
- c) No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o de maior quinhão, findo o prazo assinado pelo juiz para a deliberação.
- d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
- e) Se o título deferir a opção a terceiro, e este não quiser, ou não puder exercê-la, caberá ao juiz, mesmo que exista acordo entre as partes.

47. Sobre o direito das sucessões, marque a alternativa CORRETA:

- a) A sucessão abre-se no lugar da morte do falecido
- b) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.
- c) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de um terço da herança.
- d) Se o falecido deixar mais dívidas do que bens, deverão os sucessões realizar o pagamento *pro rata*.
- e) O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por instrumento público ou particular.

48. Assinale a alternativa ERRADA sobre as relações familiares:

- a) O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.
- b) Se houver divergência entre os pais com relação à autorização para o casamento, é assegurado a qualquer deles recorrer ao juiz para solução do desacordo.
- c) A separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos.
- d) O filho não reconhecido pela mãe fica sob poder familiar exclusivo do pai.
- e) Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar.

49. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA sobre o contrato de seguro:

- a) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete não podem ser ao portador.
- b) Nulo será o contrato para garantia de risco proveniente de ato culposo do segurado, do beneficiário, ou de representante de um ou de outro.
- c) Salvo disposição especial, o fato de se não ter verificado o risco, em previsão do qual se faz o seguro, exime o segurado de pagar o prêmio.
- d) Se o segurado fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou na taxa do prêmio, terá abatimento no direito à garantia, devendo restituir o prêmio vencido.
- e) Prêmio é o nome que se dá ao valor recebido pelo segurado em caso de ocorrência do sinistro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

50. Sobre os princípios do direito processual civil, marque a alternativa correta:

- a) O princípio da duração razoável do processo é sinônimo do princípio da rapidez ou celeridade.
- b) No processo civil, a isonomia está correlacionada ao princípio da paridade de armas, segundo o qual as partes devem ter igual oportunidade dentro do processo. Como exemplo, as partes terão prazo uniforme para interpor e contrarrazoar recursos (15 dias úteis, salvo embargos de declaração, que são 5 dias úteis).
- c) A cooperação processual é princípio que atinge apenas as partes e serventários da justiça.
- d) O princípio da publicidade, em sua dimensão externa, não pode sofrer restrições.
- e) O princípio da boa-fé está implícito na Constituição e no CPC.

51. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
- b) O CPC de 2015 adotou o sistema da unidade processual, segundo o qual os processos em trâmite continuam a ser regidos pelo ordenamento em vigência na data de sua instauração.
- c) Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Nos recursos tempestivos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016), não caberá a abertura de prazo prevista no art. 932, parágrafo único, c/c o art. 1.029, § 3º, do novo CPC.
- e) Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.

52. Sobre o Direito Processual Civil, marque a alternativa incorreta:

- a) O Direito Processual Civil possui natureza de Direito público e possui inter-relacionamento com o Direito constitucional muito bem expresso no capítulo III, da Constituição Federal, que trata do Poder Judiciário.
- b) São constitucionais os pressupostos básicos atinentes ao recurso extraordinário e ao recurso especial, embora possa a União, em matéria processual, sobre eles legislar.
- c) São fontes do Direito Processual Civil, além da própria Constituição Federal, as codificações, as leis de organização judiciária dos estados, leis processuais esparsas, além dos regimentos internos dos tribunais de justiça.
- d) A regra de contagem de prazos em dias úteis aplica-se aos prazos iniciados tanto antes quanto após a vigência do Novo Código.
- e) As disposições de direito probatório adotadas no CPC/15 aplicam-se apenas às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início de sua vigência.

53. Considere as afirmativas a seguir, relacionadas aos escopos da jurisdição:

I. a função social da jurisdição é a pacificação do conflito, gerando um efeito secundário que é a educação da sociedade quanto a seus direitos e deveres.

II. o escopo político possui 03 vertentes: fortalecimento do Estado e das instituições; jurisdição como último recurso em termos de proteção às liberdades públicas e dos direitos fundamentais; e, por fim, participação direta do jurisdicionado no processo jurisdicional.

III. o escopo jurídico corresponde à atuação da vontade concreta da lei.

Estão corretos:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) apenas III.
- e) n.d.a

54. Marque a alternativa incorreta:

- a) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- b) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;
- c) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.
- d) Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.
- e) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

55. Sobre a arbitragem, julgue os itens a seguir:

I. A convenção de arbitragem, tanto na modalidade de compromisso arbitral quanto na modalidade de cláusula compromissória, uma vez contratada pelas partes, goza de força vinculante e de caráter obrigatório, definindo ao juízo arbitral eleito a competência para dirimir os litígios relativos aos direitos patrimoniais disponíveis, derogando-se a jurisdição estatal.

II. O prévio ajuizamento de medida de urgência perante o Poder Judiciário não afasta a eficácia da cláusula compromissória arbitral.

III. A Lei de Arbitragem aplica-se aos contratos que contenham cláusula arbitral, ainda que celebrados antes da sua edição.

Estão de acordo com o entendimento do STJ sobre o tema, os itens:

a) I, II e III.

b) II.

c) I e III.

d) II e III.

e) nenhuma está correta.

56. Sobre a competência, julgue os itens a seguir:

I. De acordo com o princípio da tipicidade, a competência é aquela tipicamente prevista em lei lato sensu a fim de evitar que os órgãos decidam fora de seus limites.

II. O instituto denominado de *forum non conveniens* permite que o juízo acionado recuse a prestação jurisdicional se entender comprovada a existência de outra jurisdição mais adequada aos interesses das partes e da justiça em geral.

III. A regra da *Kompetenzkompetenz* não é aplicável no âmbito da arbitragem.

IV. Pelo princípio da indisponibilidade, uma vez atribuída a competência a um juízo, este não pode dela dispor.

Estão corretos:

a) I, II e IV

b) I e IV

c) II e III

d) Apenas II

e) Apenas IV

57. Marque a alternativa que reproduz corretamente o entendimento dos tribunais superiores sobre competência:

a) Compete à Justiça estadual julgar insolvência civil mesmo que envolva a participação da União, de entidade autárquica ou empresa pública federal.

b) A competência prevista no § 3º do art. 109 da Constituição Federal, da Justiça comum, não pressupõe inexistência de Vara Federal na Comarca do domicílio do segurado.

c) A competência para julgar ações contra CNJ e CNMP será atribuída ao STF ou à justiça federal de 1ª instância, a depender da matéria discutida.

d) Compete ao STJ julgar ação proposta por Estado contra União versando sobre imunidade tributária recíproca.

e) O autor não pode optar pelo ajuizamento da ação contra a União na capital do Estado-membro caso exista Vara Federal instalada no município do interior em que ele for domiciliado.

58. Sobre a competência, marque a alternativa incorreta:

a) Vige no direito processual pátrio a regra da kompetenzkompetenz, segundo a qual todo juiz tem competência para, no mínimo, decidir sobre sua própria incompetência.

b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta ou relativa.

c) A competência territorial fixada em cláusula abusiva de eleição de foro pode ser prorrogada caso não seja alegada a abusividade na contestação.

d) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

e) Há conflito de competência quando entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

59. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos

- a) e relativos à atividade da empresa, desde que autorizados por escrito.
- b) mesmo que não sejam relativos à atividade da empresa ou que não tenham sido autorizados por escrito.
- c) e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- d) ou fora deles, desde que relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.
- e) ou fora deles, ainda que não relativos à atividade da empresa ou que não autorizados por escrito.

60. São revogáveis os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Essa revogação dar-se-á por ação

- a) revocatória, a ser proposta pelo Ministério Público, por qualquer credor ou pelo administrador judicial em dois anos contados da prática do ato fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratou.
- b) declaratória de evicção, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em dois anos contados da prática do ato fraudulento.
- c) revocatória, que deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência.
- d) de nulidade de negócio jurídico, a ser proposta por qualquer interessado e pelo Ministério Público em dois anos da decretação da falência.
- e) pauliana, a ser proposta por qualquer credor ou pelo Ministério Público em até quatro anos da decretação da falência.

61. Em relação aos contratos empresariais seguintes,

- a) no contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor fiduciário tem o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa alienada, ficando o devedor fiduciante como depositário e possuidor direto do bem, que nada impede já pertencesse ao devedor por ocasião da celebração do contrato.
- b) verificada a mora no contrato de alienação fiduciária em garantia de bens móveis, haverá a pronta exigibilidade das prestações vincendas, cabendo ao credor fiduciário requerer em juízo a reintegração da posse do bem objeto do contrato.
- c) a exploração da atividade de faturização de créditos é exclusiva das instituições financeiras, pois necessita de autorização do Banco Central.
- d) os contratos de leasing são restritos a bens móveis, por se tratar de um híbrido de locação e compra e venda pelo valor residual.
- e) o desconto bancário implica a transferência de crédito do descontário ao banco e este lhe paga o valor correspondente, deduzidos os juros e encargos, sem possibilidade de endosso em nenhuma hipótese, pelo caráter personalíssimo da operação.

62. Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.
- e) uma vez integralizado o capital, este não pode ser reduzido, mas somente majorado, por decisão da maioria simples dos sócios.

63. Cleber e Maurício estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Maurício realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Cleber tenha participado da negociação. Nesta situação,

- a) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.
- b) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.
- c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Maurício está excluído do benefício de ordem.
- d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.
- e) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, mas nenhum deles tem assegurado o benefício de ordem.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

64. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.
- e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos,

sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

65. Sobre a classificação dos fatos geradores, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.
- b) Fato gerador periódico ou complexo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como *ser proprietário de imóvel urbano*, no caso do IPTU, ou *ser proprietário de veículo automotor*, no caso do IPVA.
- c) Fato gerador continuado é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

66. Sobre responsabilidade tributária, marque a alternativa incorreta:

- a) O critério distintivo entre a responsabilidade por substituição (originária) e a responsabilidade por transferência (derivada) é o momento da incidência da norma atributiva de responsabilidade.
- b) A distinção entre a substituição tributária para frente e a substituição tributária para trás decorre da posição do responsável tributário na cadeia econômica.
- c) É indevida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida

d) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação

e) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

67. João, que era domiciliado na Bahia, faleceu em 2017, deixando para suas herdeiras, Ana e Maria, domiciliadas no Rio Grande do Sul, dois imóveis, um localizado em Salvador e o outro localizado em São Paulo, além de dois veículos automotores. O inventário foi aberto um mês depois, e tramita na comarca de Salvador. Nesse caso, o ITCMD deve ser recolhido:

- a) Unicamente para o Estado da Bahia.
- b) Para os Estados de São Paulo e da Bahia, em partes iguais.
- c) Para o Estado do Rio Grande do Sul.
- d) Para os Estados da Bahia e de São Paulo, com relação a cada um dos imóveis localizados na respectiva unidade federativa, e para o Estado do Rio Grande do Sul, quanto aos veículos.
- e) Para o Estado de São Paulo, com relação ao bem imóvel localizado naquela entidade federativa, e para o Estado da Bahia, com relação aos demais bens indicados.

68. A empresa X informou ao fisco estadual que o total de ICMS devido pelos fatos geradores ocorridos em março de 2013 foi de R\$ 150.000,00. Por passar por dificuldades financeiras, a pessoa jurídica recolheu apenas a quantia de R\$ 50.000,00 em abril de 2013, data do vencimento da obrigação. Em dezembro de 2018, no entanto, o fisco estadual verificou que a quantia devida era de R\$ 200.000,00, e não de R\$ 150.000,00 como havia sido declarado, razão pela qual notificou a pessoa jurídica do lançamento suplementar de R\$

50.000,00. Apesar da omissão, não se constatou dolo, fraude ou simulação do contribuinte, que optou por não impugnar o lançamento efetuado. Em janeiro de 2019, o Estado ingressou com ação de execução fiscal cobrando R\$ 150.000,00, sendo R\$ 100.000,00 da quantia declarada, mas não paga, e R\$ 50.000,00 da quantia lançada posteriormente. Diante desse quadro, é certo que:

- a) Ocorreu a decadência com relação aos R\$ 50.000,00 e a prescrição no que tange aos R\$ 100.000,00.
- b) Ocorreu a decadência no que tange aos R\$ 100.000,00 e a prescrição com relação aos R\$ 50.000,00.
- c) Ocorreu a prescrição da totalidade dos valores cobrados.
- d) Ocorreu a decadência da totalidade dos valores cobrados.
- e) Não ocorreu a prescrição e tampouco a decadência.

69. Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
- e) As isenções abarcam os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

70. Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
- c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- e) A anistia pode ser concedida apenas às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

implica reconhecimento inerente da responsabilidade penal.

- e) O prazo prescricional previsto na lei penal somente se aplica às infrações disciplinares também capituladas como crime se houver a apuração criminal da conduta do servidor por meio de inquérito ou processo penal.

72. Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) assinale a alternativa correta

- a) Se o agente público for detentor de foro especial por prerrogativa de função, este deverá ser respeitado na ação por improbidade administrativa, não sendo viável o processo e o julgamento na primeira instância.
- b) Configura bis in idem a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.
- c) A sanção de suspensão dos direitos políticos pode ser executada provisoriamente.
- d) O Presidente da República, os Ministros de Estado e os Ministros do STF não estão sujeitos à lei de improbidade administrativa, uma vez que se sujeitam a um regime de responsabilidade político-administrativa específico.
- e) A aplicação da sanção de perda da função pública depende do trânsito em julgado da sentença condenatória.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

71. Acerca do processo administrativo disciplinar, responda

- a) A portaria de instauração do processo administrativo-disciplinar prescinde de minuciosa descrição dos fatos imputados, sendo certo que a exposição pormenorizada dos acontecimentos se mostra necessária somente quando do indiciamento do servidor.
- b) Instaurado o competente processo administrativo-disciplinar, se houver irregularidades ocorridas durante a sindicância, haverá nulidade.
- c) A autoridade administrativa não pode aplicar a pena de demissão quando em processo administrativo disciplinar é apurada a prática de ato de improbidade por servidor público, devendo ser proposta ação civil pública por improbidade administrativa.
- d) Em decorrência da prática de determinado ato, quando apurada a responsabilidade criminal pelo Poder Judiciário, necessariamente resta reconhecida a prática de ilícito civil e administrativo, sendo que o inverso, qual seja, a apuração de ilícito civil e administrativo, não

73. Sobre a responsabilidade civil do Estado, responda

a) O particular que sofrer um dano decorrente da atuação da Administração Pública, poderá propor ação de reparação do dano em face do Ente Público e do agente público que praticou o ato em litisconsórcio passivo.

b) A Administração Pública não responde civilmente pelos danos causados por seus agentes, quando estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.

c) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Município por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.

d) O Estado não será responsável pelo suicídio do preso, uma vez que não é possível ao Ente Pública evitar essa conduta do presidiário.

e) O Estado responde pelos atos praticados pelos foragidos do sistema penitenciário, tendo em vista a sua conduta culposa relativamente ao seu dever de guarda.

74. Em relação à lei anticorrupção (lei 12.846/2013) assinale a alternativa correta

a) A lei anticorrupção estabelece a responsabilização objetiva, administrativa e civil, das pessoas jurídicas pela prática de atos previstos na lei contra a Administração Pública nacional ou estrangeira, aplicando-se apenas às sociedades personificadas, e aquelas constituídas de fato ou de direito de modo definitivo.

b) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, permitida a subdelegação, desde que autorizada pela autoridade máxima do órgão.

c) A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei que colaborem efetivamente

com as investigações e o processo administrativo, desde que da colaboração resulte apenas a identificação dos demais envolvidos na infração.

d) A lei anticorrupção é aplicável aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

e) A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que poderá agir apenas mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

75. No que diz respeito à Lei de Acesso à Informação, assinale a assertiva correta sobre as informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

a) Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 25 (vinte e cinco) anos a contar da data de sua produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

b) Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros independentemente de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

c) Aquele que obtiver acesso a essas informações não poderá ser responsabilizado por seu uso indevido.

d) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.

e) Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 15 (quinze) anos a contar da data de sua produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

76. No que se refere aos poderes administrativos, em especial, ao poder de polícia, assinale a alternativa correta, de acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores

a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.

b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

c) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.

d) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que permite a Administração Pública, com seus próprios meios, executar seus atos e decisões, sem precisar de prévia autorização judicial. Assim, a autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

e) Sobre o prazo prescricional da sanção de polícia, é pacífico o entendimento de que Estados e Municípios aplicarão sempre o prazo de 05 anos, previsto no Decreto 20.910/32.

77. Sobre as Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa correta

a) É ilegal prever remuneração variável pelo parceiro público ao parceiro privado vinculada ao seu desempenho.

b) Em qualquer modalidade de PPP, haverá uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

c) Os estudos de engenharia para a definição do valor do investimento da PPP deverão ter nível de detalhamento de projeto executivo.

d) O Fundo Garantidor de Parcerias possui natureza pública, patrimônio separado dos cotistas e deve ser administrado por instituição financeira controlada pela União.

e) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, vedada a aquisição da maioria do seu capital votante pelo ente contratante ou por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em qualquer caso.

78. Acerca dos bens públicos e da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta

a) A revelia do expropriado no processo de desapropriação implica a aceitação tácita do preço ofertado pelo Poder Público, haja vista a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.

b) As terras devolutas, são terras privadas, porém inalienáveis, remanescentes no território brasileiro, não afetadas a qualquer uso público.

c) A propósito do procedimento da desapropriação, o Decreto-lei nº 3.365/1941 estatui que, notificado administrativamente o expropriado, ele terá o prazo de 15 (quinze) dias para aceitar ou rejeitar a oferta de indenização, sendo que o silêncio será considerado aceitação.

d) A indenização referente à cobertura vegetal, no processo de desapropriação, deve ser calculada juntamente com o valor da terra nua, ainda que não comprovada a exploração dos recursos vegetais de forma lícita e anterior ao processo expropriatório.

e) Os terrenos de marinha e seus acrescidos pertencem à União e consistem nas áreas banhadas pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, em sua foz, que se estendem até a distância de 33 metros para a área terrestre, contados da linha do preamar médio de 1831.

79. No que diz respeito aos critérios para a conceituação do Direito Administrativo e aos conceitos gerais da matéria e da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA

a) O critério negativista ou residual, adotado atualmente no Direito brasileiro, conceitua o Direito Administrativo por exclusão, ou seja, para essa corrente, pertence ao Direito Administrativo tudo aquilo que não fosse objeto de regulamentação por qualquer outro ramo do direito.

b) A escola exegética, cuja origem se confunde com a própria origem do Direito Administrativo na França, se limitava a compilar as leis administrativas e atos complementares existentes no país e interpretá-los.

c) De acordo com a escola do serviço público, idealizada pelo francês León Duguit, o Direito Administrativo teria como objeto a regulamentação jurídica dos serviços públicos, ou seja, a prestação material de uma atividade tendente a suprir uma necessidade ou conferir uma comodidade ao coletivo pelo Estado.

d) A Escola da puissance publique, também conhecida como escola da autoridade pública, estabeleceu uma distinção entre os atos de império e os atos de gestão, entendendo que o Direito Administrativo estaria relacionado apenas aos atos de império.

e) Administração Pública em sentido formal diz respeito às pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos que exercem as atividades administrativas. Relaciona-se com as pessoas do Estado que exercem a função administrativa.

80. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta

a) Conforme o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública de hospital municipal inadimplente.

b) O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou a redução do espaço de discricionariedade do administrador público.

c) Não configura ofensa ao princípio da moralidade a nomeação de esposa de magistrado, devidamente concursada, para função de confiança diretamente subordinada ao juiz cônjuge.

d) O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como, a resultante da moral social de uma época a vincular a atuação da Administração pública.

e) A autotutela administrativa é considerada um princípio onivalente, uma vez que decorre da bipolaridade do Direito Administrativo.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

81. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observado o seguinte percentual mínimo em relação à área do imóvel situado na Amazônia Legal, em área de campos gerais:

a) 80%.

b) 50%.

c) 35%.

d) 20%.

e) 25%.

82. Sobre o tema infração administrativa ambiental e as sanções cominadas na Lei n. 9.605/98, assinale a opção correta:

a) Para o cumprimento do disposto na Lei de Crimes Ambientais, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo judicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.

b) O Governo brasileiro, renunciando a parcela de sua soberania, prestará, no que concerne ao meio ambiente, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para a produção de prova ou o exame de objetos e lugares.

c) São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.

d) A destruição ou inutilização de produtos não está entre as sanções administrativas, haja vista que só pode ser aplicada pelo Poder Judiciário, ante a sua onerosidade excessiva.

e) As penas administrativas são de natureza objetiva, dependendo de culpa ou dolo.

83. É instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos:

a) A cobrança pelo uso de recursos hídricos.

b) A integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

c) O zoneamento ambiental.

d) Sistema de logística reversa.

e) O Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

84. Quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, assinale a alternativa correta:

a) A legislação conceitua “uso direto” como sendo aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

b) O plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos

recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

c) O SNUC tem como objetivo, dentre outros, assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

d) O órgão central do SNUC é o Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.

e) A estação ecológica é uma unidade de conservação do grupo de uso sustentável.

85. Assinale a alternativa correta concernente aos princípios que regem o direito ambiental:

a) O princípio da ubiquidade significa a possibilidade do meio ambiente de se limitar às fronteiras geográficas.

b) As limitações sofridas pelo titular do direito em decorrência dos deveres oriundos da preservação do meio ambiente em regra geram direito à indenização.

c) O princípio do mínimo existencial ambiental não é reconhecido pela doutrina nacional em decorrência da falta de sua previsão legal.

d) O conceito de desenvolvimento sustentável engloba três elementos essenciais e indissociáveis, que precisam ser harmonizados, a saber: crescimento econômico, igualdade social e proteção do meio ambiente.

e) O artigo 225, da CF/88, alberga o princípio da facultatividade de intervenção do Poder Público.

86. Acerca da responsabilidade ambiental assinale a alternativa correta:

a) A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo, bem como prescinde do nexo de causalidade para sua configuração.

b) O princípio da segurança jurídica impede a demolição de edificação irregular em área de preservação permanente.

c) O pescador profissional é parte legítima para postular indenização por dano ambiental que acarretou a redução da pesca na área atingida, podendo utilizar-se do registro profissional, desde que concedido anteriormente ao sinistro.

d) A multa simples será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

e) A celebração do termo de compromisso de reparação ou cessação de danos encerra a multa diária.

87. Acerca da tutela do meio ambiente assinale a alternativa correta:

a) A inversão do ônus da prova não se aplica às ações de degradação ambiental.

b) É admitida a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

c) Quanto ao dano ambiental, não é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar, devendo ser requerida em demandas autônomas.

d) A ação civil pública não é um instrumento adequado para a defesa do meio ambiente, devendo ser utilizada a ação popular.

e) As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

88. Acerca do direito ambiental internacional assinale a alternativa correta:

a) Na Conferência Estocolmo-72 foi votado um Plano de Ação para o Meio Ambiente, composto por 109 recomendações, recomendações estas centradas, dentre outras políticas, no chamado “Plano Vigia” (Earthwatch), que consiste no investimento em tecnologias de controle para policiar e avaliar as condições do “meio ambiente mundial”.

b) A Conferência de Nairóbi, de 1982, impôs a progressiva redução da produção e consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) até sua total eliminação.

c) O principal documento produzido no Acordo de Paris (COP-21) foi o Agenda 21, que é um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional.

d) A Cúpula do Milênio produziu um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o

efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa humana do aquecimento global.

e) O Relatório de Brundtland, documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, foi elaborado pela Convenção de Ramsar, em 1971.

89. Sobre o Código Florestal assinale a alternativa correta:

a) De acordo com o Código Florestal, suprimir vegetação em área de preservação permanente somente é admissível, regra geral, em caso de interesse social devidamente comprovado, independentemente de haver, ou não, alternativa técnica e de local para o empreendimento.

b) O poder público municipal contará, para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, dentre outros instrumentos, com a aplicação em áreas verdes de recursos oriundos da compensação ambiental.

c) A inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR é facultativa e por prazo indeterminado para todas as propriedades e posses rurais.

d) Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 400 (quatrocentos) metros, para os cursos d’água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

e) É proibido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente, mesmo que seja para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.

90. Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente assinale a alternativa correta:

a) A servidão ambiental se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

b) O detentor da servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada, mesmo que

esta tenha a conservação ambiental como fim social.

c) A servidão ambiental deverá ser sempre gratuita, e pode ser temporária ou perpétua.

d) São instrumentos econômicos da PNMA, dentre outros, a concessão florestal, a servidão ambiental e o seguro ambiental.

e) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão, sempre, de estudo de impacto ambiental.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Vanessa Arns

91. A respeito dos tratados internacionais, conforme o previsto na Convenção de Viena de 1969, assinale a opção correta.

a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.

b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.

c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.

d) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

e) A superveniência de uma norma de jus cogens que esteja em conflito com um tratado acarretará a suspensão temporária das disposições ajustadas

até que haja modificação do que tiver sido pactuado.

92. Sobre a aplicação de tratados internacionais com normas contraditórias entre si, aponte a afirmativa incorreta:

a) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado mais recente, aplica-se o mais recente.

b) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado anterior, aplica-se o tratado anterior.

c) entre os Estados parte nos dois tratados só se aplica o anterior no que ele não for compatível com o novo tratado.

d) a violação de um tratado pode sujeitar o Estado a ser responsabilizado em âmbito internacional, sendo que os conflitos porventura existentes são na maioria das vezes resolvidos por meio de interpretação.

e) quando um tratado estipular que está subordinado a um tratado anterior ou posterior ou que não deve ser considerado incompatível com esse outro tratado, as disposições deste último prevalecerão.

93. Sobre as fontes e características do direito internacional público, assinale a afirmativa correta:

a) Admite-se a desnecessidade de obrigatoriedade de um costume internacional se o Estado provar de forma efetiva que se opôs ao seu conteúdo desde a sua formação.

b) Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional público no Estatuto da CIJ.

c) O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.

d) A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.

e) O consentimento perceptivo da corrente objetivista significa que a normatividade jurídica do direito internacional nasce da pura vontade dos Estados

94. São sujeitos de Direito Internacional Público, exceto:

- a) Estados
- b) Microestados
- c) Organizações Internacionais
- d) Organizações não-governamentais
- e) Indivíduos

95. Luiz é brasileiro naturalizado e casado com Thayse, de nacionalidade italiana. Luiz foi transferido pela empresa onde trabalha para a filial na Argentina, estabelecendo-se com sua esposa em Buenos Aires. Em 07/07/2019, lá nasceu Juliana, filha do casal, que foi registrada na repartição consular do Brasil.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Juliana não pode ser considerada brasileira nata, em virtude de a nacionalidade brasileira de seu pai ter sido adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.
- b) Juliana é brasileira nata, pelo simples fato de seu pai, brasileiro, ter-se deslocado por motivo de trabalho, em nada influenciando o modo como Rafael adquiriu a nacionalidade.
- c) Juliana somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.
- d) Juliana é brasileira nata, não constituindo óbice o fato de seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.
- e) Juliana é brasileira naturalizada, considerando que o seu pai é brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

96. Sobre o auxílio direto na cooperação internacional, é incorreto afirmar:

- a) O auxílio direto pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados

b) Por meio do pedido de auxílio direto é possível realizar a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira.

c) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerido assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.

d) O Ministério Público poderá requerer em juízo a medida solicitada pela via do auxílio direto passivo, nos casos em que for autoridade central.

e) Compete ao juízo federal do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

97. Sobre o sistema de regulação de investimentos e fluxo de capital estrangeiro no atual ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

a) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.

b) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

c) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

d) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

e) Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas

98. Juan Carlos, ex-deputado argentino, após deixar o cargo que exercia em seu país de origem, sabedor de que existe uma investigação em curso na Colômbia, opta por fixar residência no Brasil, pelo fato de ser estrangeiro casado com brasileira, com a qual tem dois filhos pequenos. Anos depois, já tendo se naturalizado brasileiro, o governo da Colômbia pede a sua extradição em razão de sentença que o condenou por crime praticado quando deputado.

Essa extradição:

- a) não poderá ser concedida, porque o Brasil não extradita seus nacionais naturalizados.
- b) não poderá ser concedida, porque o extraditando tem filhos menores sob sua dependência econômica.
- c) poderá ser concedida, porque o extraditando não é brasileiro nato.
- d) poderá ser concedida se o país de origem do extraditando tiver tratado de extradição com o Brasil.
- e) poderá ser concedida caso a Argentina permita a extradição do seu nacional.

99. João e Maria se casaram no Brasil e se mudaram para a Itália, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Maria pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, já que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

e) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, comunicar ao consulado brasileiro.

100. Considere que o Brasil assinou, recentemente, um tratado internacional que versa sobre direitos humanos. Tal tratado foi internalizado conforme procedimento previsto pela Emenda Constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004. Qual a hierarquia desse tratado?

- a) Emenda Constitucional
- b) Legal
- c) Supralegal
- d) Infralegal
- e) Extralegal

Preencha o Gabarito!



Estratégia
Carreira Jurídica

<http://bit.ly/Simulado-Magistratura-Federal-12-06>